



VILAREALSTºANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 1 /2013

Ao vigésimo quarto dia do mês de janeiro do ano dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, em Vila Real de Santo António, na Biblioteca Municipal, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor Eduardo Luís Silva Pereira, Presidente da Assembleia Municipal, comigo Alexandre Hermínio Drago Madeira, primeiro secretário, José Domingos Teixeira Pires, segundo secretário, Maria José do Rosário Papafina Proença, João Manuel Cabrita Fernandes, António Manuel Cipriano Cabrita, Maria Alexandra Martins do Livramento, Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança, Miguel Moreira da Costa, Sandra Cristina Carvalho Madeira, Maria de Lurdes Lopes Faria, Messias José Fernandes Carvalho, Maria da Conceição Freitas Henrique Granado, Luís Miguel Guerreiro Romão, José Roberto Leitão Guerreiro e Manuel da Conceição Lino, pelo P.S.D; Luís Manuel da Rosa Fernandes, Carina Rosado, Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro e Vítor José da Cruz Pereira, pelo P.S. e José Estêvão Correia da Cruz e Luís Manuel Negrão Vargas pela CDU., e conforme Edital Convocatório de 15 de janeiro de 2013, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.

SUBSTITUIÇÕES

Ao abrigo do Art.º nº 53 do Regimento, o Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Salgueiro Ribeiro, solicitou a sua substituição, e foi substituído pelo Deputado Municipal António José Ruivo da Palma, na bancada do PSD e, ao abrigo do mesmo artigo, João José Baptista da Costa Ribeiro e Álvaro da Palma Araújo

solicitaram a sua substituição e foram substituídos por Luís Manuel da Rosa Fernandes e Carina Rosado, na bancada do PS.

FALTAS

Verificou-se a falta do Sr. Deputado Municipal Vítor Manuel Figueiredo Fernandes da Rosa, da bancada do PSD.

1. ABERTURA DA SESSÃO

Feita a chamada, verificadas as presenças, faltas e substituições, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e passou a dar conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia desta sessão extraordinária.

2. ORDEM DO DIA

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.
2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 2 DE 2012 DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.
3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO SUBSOLO DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA RENOVACÃO EXCECIONAL DE CONTRATOS DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO CERTO DO ANO 2013.
5. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PARA ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL

3. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES

Foi distribuída pelas bancadas partidárias alguma documentação endereçada ao gabinete da Assembleia Municipal para que os Srs. Deputados Municipais tivessem conhecimento da mesma.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que o PS tinha entregado na presente data, vinte e quatro de janeiro do ano corrente, no gabinete da Assembleia Municipal uma proposta. Sem especificar o teor da proposta, declarou que ela não poderia ser discutida na presente sessão, uma vez que esta é uma sessão extraordinária que já estava agendada. Anunciou que tentará agendá-la para uma próxima sessão da Assembleia Municipal. Ainda sem dar conhecimento da proposta feita, declarou que ela lhe que causa alguma preocupação, dado que se desconhece se a Câmara Municipal tem, no caso de ela vir a ser aprovada, condições técnicas e logísticas para que a mesma seja implementada. Depois da sua discussão, ver-se-á. No entanto, assegura-se, desde já, ao PS que a proposta vai ser agendada e, entretanto, vai ser solicitado à Câmara Municipal que se pronuncie sobre a viabilidade de implementação da proposta, na eventualidade de vir a ser aprovada.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes interveio para dizer que já tinha anunciado, na reunião da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2012, que iria ser entregue uma proposta para agendar para a sessão ordinária do mês de fevereiro.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal quis prestar algumas informações relativas à sua participação numa reunião da Assembleia Distrital de Faro, a que pertence a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

Noticiou que esta Assembleia Distrital, nos últimos oito ou dez anos nunca reuniu. Aconteceu agora que o Governo, por iniciativa orçamental, solicitou às Assembleias Distritais, e fê-lo publicar em Diário da República, que fizessem o inventariado do seu património e que eventualmente, no caso de se justificar, esse património passasse para a posse do governo central. Daí a Assembleia Distrital de Faro ter reunido com alguma urgência, a pedido do seu Presidente, o Dr. José Estevens. Assim, foi solicitada a presença das pessoas que a compõem virtualmente. Virtualmente, diga-se, porque nunca tomaram posse. A AMAL, de certo modo, durante estes oito anos tem substituído a Assembleia Distrital. No entanto, ocorre que esta Assembleia é detentora de património e teve que reunir

para decidir o que fazer a esse mesmo património. Foi solicitada a presença do Sr. Presidente de Câmara Municipal, do Presidente da Assembleia Municipal e de um Presidente de Junta de Freguesia. Como no concelho de Vila Real de Santo António, assim como acontecia por todo o Algarve, não havia nomeação de um Presidente de Junta de Freguesia para essa mesma Assembleia Distrital, pediu-se às forças políticas que compõem esta Assembleia a autorização para eventualmente se nomear um presidente de Junta de Freguesia. E foi por iniciativa da mesa que esteve presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António, o Prof. Luís Romão. Este representou esta Assembleia Municipal na sessão em que foram tomadas algumas decisões importantes para o Algarve e que comprometem a Assembleia Distrital de Faro que nunca tomou posse. Segundo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, é importante que se diga isto no caso de virem agora a ser contestadas essas posições. A Assembleia Distrital de Faro tomou algumas decisões sobre o seu património que é constituído por um edifício onde funcionava o antigo GAT, em Faro, no Largo de S. Francisco, pelo edifício onde funciona a CCDR, na zona da Pontinha, que simboliza, no fundo, o poder em Faro, e é detentora de um prédio de habitação em estado de degradação. A Assembleia Distrital doou estes três edifícios à AMAL. A AMAL, depois de feitas as escrituras públicas e o registo, será a detentora desse património. Especifica-se que o edifício de habitação, que estava em estado de degradação, foi vendido por 50 mil euros a particulares e com essa receita foram pagas as dívidas de alguns municípios à AMAL. Sublinhe-se que foram pagas as dívidas de alguns municípios, porque aqueles que não tinham dívidas não receberam a sua fatia.

O Sr. Deputado Municipal José Cruz quis fazer um ponto de situação relativamente a este assunto. Começou como lembrar que a Assembleia Distrital é a detentora do património referido. E questiona como isso foi feito e como essas vendas podem ser feitas e o governo as pode fazer. Em seu entender, isso pode ser contestado a qualquer momento por uma razão muito simples: a Assembleia Distrital está inscrita na Constituição e está inscrita tal como estão

inscritos os Governos Cívicos. E, assim, afirmou a necessidade de haver alguma forma de revisão. Deu como exemplo o caso dos extintos Governos Cívicos: o Governo não extinguiu os cargos dos Governadores Cívicos. Deixou de nomear Governadores Cívicos, o que é uma coisa muito diferente, mas em vez dos Governadores Cívicos continuam lá os adjuntos dos Governadores Cívicos a fazerem o que faziam, com menos competências, naturalmente, descentralizadas. Assim, a Assembleia Distrital continua a existir e continua a ser composta pelos Presidentes das Câmaras Municipais, pelos Presidentes das Assembleias Municipais e por um Presidente de Junta. Segundo o seu testemunho, em muitas Assembleias em que participou verificava-se que havia falta de quórum. Isso tudo deveu-se, em primeiro lugar, a algo que se foi tornando um hábito no poder local: o fato dos Presidentes de Câmara Municipal acabarem por fazer reuniões conjuntas para resolver questões de natureza distrital ou do ponto de vista da estratégia do Algarve e seria necessário fazer o mesmo em relação à região. Os Presidentes de Câmara faziam essas reuniões e não davam cavaco disso, nem às Câmaras nem às Assembleias Municipais. O certo é que esse organismo existe, continua a existir, o património é desse organismo e não se sabe como é que se vai vender o edifício da Comissão de Coordenação. Mesmo que seja uma doação é a mesma coisa. A Assembleia Distrital é uma entidade praticamente virtual, que está extinta na prática, mas, do ponto de vista legal, ela continua a existir. A única coisa que se quer salientar é pedir ao nosso representante na Assembleia, se alguma vez voltar à Assembleia Distrital, que tenha estas coisas em consideração e que veja que esse organismo tem de ser extinto. Ele não faz falta nenhuma, porque deixou de fazer falta. Antigamente era o único local onde os presidentes de Junta tinham qualquer hipótese de dizer alguma coisa, de relacionar a sua Junta com a estratégia do Algarve. Hoje já não têm. O protesto da CDU em relação a estas coisas é que, a pouco e pouco, se vai cavando e destruindo todas aquelas pequenas coisas que faziam a essência e estrutura do poder local. Essa é mais, digamos assim, uma delas. O património passa para a

AMAL, mas a AMAL continua a ser um organismo que tem a representatividade que tem.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, entendendo que a sessão seria curta, abriu a possibilidade de discutir este assunto. Referiu que a posição tomada hoje pelo Sr. Deputado Municipal José Cruz certamente teria sido tomada também por alguém na discussão, na reunião da Assembleia Distrital de Faro. Em todo o caso, estamos perante uma situação em que foi feita uma votação e foi decidido como se informou. É disso que se dá conhecimento, para que os digníssimos Deputados Municipais saibam que se passou assim e que o património da Assembleia Distrital há-de ser entregue. Não o foi ainda porque não havia registos. Acrescentou ainda que inclusivamente havia uma proposta para que uma parte desse património não fosse já diretamente para a AMAL, mas fosse para a Câmara Municipal de Faro. Por fim, sugeriu que Exmo. Sr. Vereador João Rodrigues se prestasse para complementar o que até agora fora dito, uma vez que também tinha participado na Assembleia Distrital de Faro.

Tomando a palavra, o Exmo. Sr. Vereador João Rodrigues começou por afirmar que o Sr. Deputado Municipal José Cruz tinha colocado uma questão pertinente. Explicou que se tinha decidido convocar a Assembleia Distrital pelo fato de se ter conhecimento de ter saído uma lei que obriga à extinção das Assembleias Distritais no próximo mês de Abril. E por essa razão, e muito bem, as Assembleias Distritais que possuíam património iam decidir antes da lei entrar em vigor para que o património não fosse parar às mãos do Estado e ficasse o património em posse daquilo que é o nosso património regional. Então, visto que a Assembleia Distrital vai ser extinta no próximo mês de Abril, muito justamente, a Assembleia Distrital decidiu por unanimidade que o património que é hoje ainda da Assembleia Distrital passasse para a posse doutro organismo regional que é a AMAL. A AMAL hoje tem a composição que tem, amanhã pode ter uma composição diferente. O que importa é que esse património fique no Algarve e que pertence ao Algarve.

Neste ponto, interveio o Sr. Deputado Municipal António Cabrita que passou a expor a sua experiência pessoal. Chegou a pertencer a uma das Assembleias Distritais no mandato em que foi presidente da Assembleia Municipal. Recorda que a Assembleia Distrital ainda existe e existe na Constituição. A Assembleia Distrital era um verdadeiro órgão representativo do Distrito, onde estavam representados os 16 presidentes de Câmara, os 16 presidentes das Assembleias Municipais e um Presidente de Junta por concelho. Discorda da opinião do Exmo. Sr. Deputado Municipal José Cruz porque este dizia que era uma forma das freguesias terem palavra a nível distrital. Isto deve ser visto dentro dos seus âmbitos. O que se pretende deixar como registo é que estes organismos distritais, ou regionais, como se queira chamar, infelizmente são muito maltratados. Lembrou que as Assembleias Distritais em que participou invariavelmente não tinham quórum, que normalmente os presidentes de Câmara de todos os partidos faziam-se representar, nunca iam eles, mas reuniam-se à parte. Os presidentes das Assembleias Municipais reuniam-se noutro lado e, depois, iam os presidentes de Junta. Aquilo quase que eram três grupinhos. Em vez de serem grupos parlamentares pelos partidos, eram três grupinhos consoante as funções. Nunca se recorda de se ter discutido um assunto que tivesse a ver com a realidade regional. Normalmente faziam-se três assembleias: uma para decidir o orçamento e depois para aprovar a conta de gerência e eventualmente havia uma pelo meio para qualquer coisa que aparecesse. Mais nada. Houve anos, houve mandatos em que a Assembleia Distrital, em quatro anos, reuniu uma ou duas vezes. Em seu entender, aquilo era uma pouca-vergonha. A Assembleia Distrital era mais conhecida pela Assembleia da D. Eufrásia que era a secretária da Assembleia Distrital. Estas pequenas coisas, longe de satisfazer alguém, envergonhavam um pouco a quem nelas participava. Acrescentou que a amostra que tem tido nas Assembleias intermunicipais não fica muito longe disto. É um registo que deveria levantar preocupações e que se deveria mudar para o futuro. Porque, até hoje, à parte as moções que lá aparecem, apresentadas predominantemente pelo BE e pela CDU,

ainda não se realizou nenhuma Assembleia intermunicipal em que se tivesse discutido um assunto que tivesse a ver com a região. Na sua opinião os temas têm de ser discutidos conforme os níveis. Há assuntos que devem ser discutidos nas Assembleias de Freguesia, os assuntos do concelho devem ser discutidos nas Assembleias Municipais e os da região devem ser discutidos na Assembleia intermunicipal. Está quase a acabar o mandato e é uma pouca-vergonha a forma como aquilo funciona. Muito mal se está quando se pensa que aquilo é uma alternativa à tão ansiada regionalização.

No seguimento do teor exposto pelo Deputado Municipal António Cabrita, interveio o Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes questionando as pessoas que fazem parte desses organismos. Porque, se estão lá e nada fazem, não faz sentido estarem lá. Tem de se dar importância a estes organismos. Além disso, levantou o alerta sobre o modo ou a forma como os partidos foram contatados para nomear o representante da Assembleia, ou das Juntas de Freguesia. O alerta que deixa é que pode ter havido alguma irregularidade nessa nomeação. Quando lhe foi dito que esta nomeação não era forçosamente da competência da Assembleia Municipal, explicou que a sua intenção era clarificar esta situação.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que houve da sua parte uma iniciativa para justificar a presença do Presidente da Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António na Assembleia Distrital e enaltece a forma como os representantes do PS e da CDU trataram o problema e o deixaram à vontade para nomear o representante das Juntas de Freguesia.

O Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes apresentou duas questões, relativamente a documentação que havia solicitado. Na sessão da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2012, lembrou que tinha entregado em junho o pedido do relatório duma vistoria a um espaço comercial desta cidade. Como continua sem receber o documento, perguntou se o documento já estava pronto para lhe ser entregue, recebendo resposta negativa.

Recordou ainda que, na mesma data, questionou igualmente o Sr. Presidente sobre um terreno em Monte Gordo que foi vendido, que era da Câmara, foi dado à

cooperativa e, entretanto, a cooperativa de habitação a custos controlados vendeu o terreno a outra construtora. Na ocasião, perguntara ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o que se passava com aquele terreno e foi-lhe respondido que se lhe faria chegar a resposta por escrito. Ao perguntar se o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tinha a resposta escrita para lhe dar, foi-lhe dito que essa documentação não tinha chegado ainda ao gabinete da Assembleia Municipal. Afirmando que havia prazos para entrega, o Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes informou que ia denunciar a situação da documentação da vistoria de um espaço comercial em Vila Real de Santo António que pediu, em junho de 2012, e que não lhe foi entregue e, assim, informou da sua intenção de denunciar ao Ministério Público este facto, por abuso de poder.

4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 2 DE 2012 DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por lapso, a ata nº 2 de 2012 desta Assembleia Municipal não tinha sido enviada aos Srs. Deputados Municipais na documentação relativa à última sessão da Assembleia Municipal. Assim, passou a ser submetida à devida apreciação e votação nesta sessão extraordinária.

O Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes começou por dizer que tinha solicitado que, tal como nas outras atas anteriores, todas as suas intervenções fossem colocadas nas atas na íntegra. Mais uma vez volta a verificar que isso não acontece. Citou alguns exemplos. Nesta ata de abril de 2012, há 9 meses quase, aponta o seguinte: no ponto 7 consta a apreciação das contas do ano anterior, de 2011. Apenas se diz que intervieram os Srs. Deputados Municipais José Cruz, Luís Fernandes, Rui Setúbal e António Cabrita. Não diz exatamente nada sobre o que é que foi questionado ou foi declarado. Não diz nada. O Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes lembrou que esta ata vai ser afixada na internet para todos os munícipes verem e para ser consultada por quem quiser. As pessoas não vão saber o que aqui se diz. Cita outro exemplo: no ponto nº 8 das atas, consta: "Apreciação e inventário de bens da Câmara. Interveio o Sr. Deputado Luís Fernandes". Não se transcreve nada do que disse. Outro exemplo: mais adiante, diz-se "apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara. Intervieram os Srs. Deputados Luís Fernandes e José Cruz. O documento foi apreciado". Nada se apresenta do que foi

dito. Considera o Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes que isto não é nada., que é uma ata que vai ser afixada e as pessoas vão ficar sem saber quais foram as intervenções, quais foram as questões colocadas, quais foram as respostas. As pessoas vão ficar sem saber o que se passa nas assembleias, principalmente desde 2009 a 2013. Finalmente reiterou o seu desejo de que neste ano e nas próximas assembleias isto seja colocado na íntegra.

Interveio o Sr. Deputado Municipal José Cruz e começou por afirmar que a sua intervenção ia no mesmo sentido do exposto pelo Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes. Considera que se está na presença de uma minuta que se fez ata. Citou como exemplo, a ata lida uma reunião em que participou, na Câmara Municipal, em relação à CPCJ. No final dessa reunião, foi lida uma ata da reunião anterior. Foi feita por funcionários da Câmara Municipal e era uma ata brilhante que espelhava nitidamente tudo quanto tinha sido tratado na reunião anterior, que é isso que uma ata deve ser. Na presente situação, considera que o que se apresenta como ata nº 2 de 2012 foi aprovado em minuta e o que vem devolvido como texto de ata é praticamente a minuta. Em seu entender, a Assembleia Municipal, a mesa da Assembleia Municipal, tem que se mobilizar no sentido de resolver definitivamente este problema.

O Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal elencou alguns fatores que justificariam o texto da ata: houve a situação de doença de vários funcionários, depois tudo passou de uns para os outros e houve algum tempo perdido no meio. Além disso, também a gravação não era a melhor e tudo isto levou a que esta ata tivesse de ser transformada e se tornasse muito difícil de redigir. Essas pequenas falhas foram devidas a dificuldades logísticas. Em consequência, afirmou não ter qualquer pejo em retirar a ata da votação e em tentar melhorá-la conjuntamente com o secretário. Reforçou ainda o seu empenho em corrigir as coisas e é nesse sentido que tem havido sempre da parte da mesa da Assembleia uma tentativa de, junto dos Srs. Deputados Municipais, procurar soluções, pedir a colaboração e a contribuição com mais elementos.

O Sr. Deputado Municipal José Cruz manifestou que se sente incomodado ao levantar questões sobre a ata. Considera, além disso, que é difícil colaborar porque, se aparecesse a cópia da ata para completar com mais elementos, iria ter de gravar o que dissesse para depois completar a ata. No fundo, teria de ser ele a fazer a ata, quando

essa é uma responsabilidade da mesa. Quem tem de fazer as atas da Assembleia Municipal é a mesa, é a sua obrigação de lei. É o secretário quem responde perante o Presidente, mas é a mesa, no seu conjunto.

Em nova intervenção, o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou compreender as objeções apresentadas pelos diversos intervenientes. Assim, retirou a ata de votação e mais uma vez manifestou a sua vontade de, com o secretário da mesa e com outras pessoas, com a gravação e com a minuta que já está aprovada tentar melhorá-la. Numa próxima sessão, esta ata nº 2 de 2012 deverá ser trazida novamente à discussão na Assembleia Municipal. Considera, assim, ser uma contribuição positiva da parte da mesa. Mais declarou que não tem havido, especialmente por parte da bancada do PS, esta tentativa de contribuição positiva. Considerou que, da parte da bancada do PS, tem havido sempre uma tentativa de desvirtuar a verdade, de dizer aquilo que não é, de tentar incutir no espírito desta Assembleia Municipal que se procura não transcrever em ata tudo aquilo que aqui é dito e, afinal, tudo aquilo que aqui é dito fica sempre registado em ata.

Interveio o Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes para distinguir e comparar aquilo estava nas atas e aquilo que tinha dito. Considera que isso é prova suficiente. E mesmo que se diga que o PS tenta desvirtuar, ele afirma que está a dizer que houve intervenções que não estão transpostas para a ata.

O Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal reiterou que a ata fora retirada de discussão.

Interveio o Sr. Deputado Municipal Carlos Lança e considera que em muitas atas, nestas e noutras, particularmente na parte respeitante ao período antes da ordem do dia, há uma série de informação que assenta naquilo que constituiu a intervenção das pessoas. Em seu entender, nos outros pontos, se não há uma clarificação melhor daquilo que constou da intervenção, é porque, se calhar, a própria intervenção não foi assim tão relevante. De qualquer maneira, realça-se que a própria mesa está farta de dizer que, quando houver alguma coisa em que algum Deputado não concorde com o teor do que está na ata, deve fazer chegar a sua contribuição à mesa para que atempadamente se possa corrigir.

O Sr. Deputado Municipal António Cabrita sugeriu que, sempre que houvesse dúvidas sobre as atas, se necessário, se realizasse uma reunião com os líderes de bancada para

as tentar compor. Relativamente ao texto das atas em discussão, lembrou que para a sua elaboração houve problemas com as pessoas e com a gravação. Embora exprimisse alguma concordância com o Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes nas observações feitas, sugeriu que se poderia completar a presente ata com as notas tomadas pelas pessoas durante as sessões. Além disso, considerou ser oportuno registar que houve problemas com a doença da Maria José e que se perdeu uma parte da gravação.

O Sr. Deputado Municipal José Cruz lembrou a sua experiência e as muitas horas passadas a escrever as atas. Considerando que O Sr. Deputado Municipal António Cabrita teria feito o mesmo, declarou que, depois das atas feitas, ainda se faziam reuniões para ver se estava lá tudo espelhado de acordo com aquilo que se dizia. A seu ver, é isso que honra a Assembleia Municipal. Citando o Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes, concluiu que quem lê as atas da Assembleia Municipal na internet diz sempre que os Deputados Municipais não fazem nada, o que não é verdade. Por fim, afirmou-se capaz de gravar e fazer as atas.

O Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal elogiou o sentido altruísta do Sr. Deputado Municipal José Cruz durante tantos anos e informou que, quando se participa numa Assembleia Distrital, por lei, as pessoas que lá participam, nomeadamente aquelas que não são remuneradas, não sendo o caso dos Srs. Presidentes de Câmara, têm direito a uma senha de presença e a uma ajuda de custo paga pelo município. E declarou que também ele usou o mesmo sentimento altruísta na última sessão da Assembleia Distrital de Faro, tendo abdicado da sua senha de presença e da ajuda de custo.

5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO SUBSOLO DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

O assunto proposto à discussão consta de uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara Municipal. ~~A proposta foi aprovada por unanimidade em sessão de Câmara.~~

Não tendo havido intervenções por parte dos Srs. Deputados Municipais, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

A proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.

(E)

6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA RENOVAÇÃO EXCECIONAL DE CONTRATOS DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO CERTO DO ANO 2013

O assunto proposto à discussão consta de uma proposta do Sra. Vereadora Conceição Cabrita, da Câmara Municipal. A proposta foi aprovada por unanimidade em sessão de Câmara do dia 02 de janeiro de 2013. Tendo-se detetado posteriormente que uma trabalhadora não estava incluída na proposta inicial, houve necessidade, por conseguinte, de aprovar a inclusão dessa mesma trabalhadora numa outra sessão que foi realizada no dia 15 de janeiro de 2013.

Constatando-se que a cópia dos dois documentos relativos ao assunto estava na posse dos Srs. Deputados municipais, foi aberto o período de intervenções.

Não tendo havido intervenções por parte dos Srs. Deputados Municipais, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

A proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.

7. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Foi aberto o período de intervenção do público. Foi anunciado que cada cidadão que quisesse intervir sobre assuntos de interesse municipal poderia dispor do tempo de cinco minutos.

Não houve intervenções por parte do público.

8. MINUTA DA ATA Nº 1 DE 2013

Foi lida em voz alta a minuta desta ata, referindo o texto principal das deliberações, e foi aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas 22:30 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal

_____ (E) _____

O Primeiro Secretário

_____ Alexandre Inês _____

